

## Negociações do Adicional de Desempenho estão avançadas

Foi aprovado no último dia 19/09/2001 pelo Tribunal Pleno a resolução que cria o prêmio de adicional de incentivo a produtividade no Poder Judiciário no Estado de Sergipe. A intenção da presidência do Tribunal de Justiça era evitar discussões ou polêmicas com outros poderes, infelizmente, forças externas forçaram a elaboração do projeto de lei e seu encaminhamento à Assembleia Legislativa. O presidente do Tribunal de Justiça embora tivesse que aguardar a aprovação do projeto, autorizou já para este mês o pagamento do adicional, que segundo ele, foi um cumprimento de acordo estabelecido com Sindiserj.

Essa gratificação está sendo fruto de um trabalho sério de negociação entre o Sindicato e a Administração do TJ. Teve em sua segunda fase a participação de uma comissão referendada em assembleia geral onde participaram representantes dos níveis básico, médio, superior, superior especial e aposentado. O ponto de partida foi a proposta encaminhada pelo Sindiserj e como contra proposta o presidente José Antônio de Andrade Góes ofereceu um percentual de 30%



para os níveis básico e médio. Após longo debate, a entidade chegou a conclusão que deveriam fazer parte os níveis superior e o superior especial de forma escalonada, uma vez que, a folha do Tribunal não suportaria o mesmo índice para todos os níveis, mas não se poderia fragmentar a categoria. Com a elaboração de algumas tabelas, ficou decidido pela comissão para serem apresentadas ao Tribunal de Justiça, os seguintes percentuais: de 25% para os níveis básico e médio, 10% para o nível superior e 05% para o superior especial. Com relação esses dois últimos níveis, o mais importante foi a inclusão dos mesmos no projeto, sendo que numa próxima negociação esses percentuais serão elevados. Esta proposta, embora estivesse acima do

valor inicial proposto, foi apreciada e aceita pela administração do TJ.

Para comportar esse acréscimo na folha de pagamento, foram necessários alguns ajustes, com despesas administrativas, a principal delas - a rescisão de contrato com empresa terceirizada. É importante ressaltar, que devido a esse enxugamento, a dotação orçamentária é do próprio Tribunal, sem despesas para

o Estado.

A não inclusão dos cargos em comissão, requisitados e aposentados, deve-se ao Tribunal não ter receita suficiente no momento para estendê-la aos demais, além disso seria necessário ajustes mais rígidos como até demissão de servidores e não é isso o que queremos. Não se quer dizer com isso que nos acomodaremos diante dessas dificuldades, continuaremos lutando para a inclusão dessas categorias.

A DIRETORIA DO SINDISERJ, está satisfeita de mais essa CONQUISTA que somada a gratificação judiciária e a atualização das URV's no mês de janeiro de 2000, demonstra a eficiência e ética com que realizamos os nossos trabalhos, que vem constando nos contra-cheques dos servidores.



## FLASHES

**Celular I**

O Sindiserj vem tendo grandes dificuldades em ampliar as linhas de telefonia celulares no convênio com a Telergipe celular em virtude da inadimplência gerada pelos usuários do plano. Medidas estão sendo tomadas para solucionar o problema como: lançamento do débito em folha de pagamento do filiado e em alguns casos rescisão do contrato.

O convênio firmado com este sindicato prevê o pagamento das tarifas em dia para a habilitação de novas linhas. Isto não vem acontecendo, impossibilitando há quase seis meses a ampliação do plano.

**Celular II**

Com as medidas adotadas pela diretoria, citadas acima, conseguimos baixar o débito com a empresa em quase 80%, com isso a Telergipe Celular concedeu mais 20 linhas novas para o nosso sindicato.

Devido ao grande número de solicitações e a demora para a liberação dessas linhas, pedimos aos interessados que procurem em nossa sede ou no posto do sindicato do G. Bessa a nova ficha de inscrição para novas habilitações.

**Revisão do Plano de Cargos e Salário dos Servidores**

Após seis anos tramitando em nosso Poder Judiciário na Décima Segunda e Terceira Varas Cíveis, o magistrado desta última, se julgou impedido de dar segmento ao processo, sendo este redistribuído, através de sorteio, para a Décima Nona Vara Cível. Esperamos que desta vez seja julgado.

**Aparece de tudo**

Um filiado ligou para o sindicato, querendo providências no tocante as nomeações feitas pelo Tribunal de Justiça de pessoas de Cargos em Comissão, pedindo a intervenção desta entidade. Devemos ressaltar, que estes atos são de competência única e exclusivamente da Presidência do Tribunal de Justiça e respaldado, por lei, não cabendo a este sindicato intervir. Não é da nossa postura indicar, receber ou intermediar nomeações de cargos em comissão como era de praxe nas administrações anteriores.

**Vale-Transporte**

O Tribunal de Justiça alterou a operacionalização do vale transporte, a exemplo de outros órgãos, através de resolução. Basicamente a mudança observada foi a substituição do mesmo por

espécie, mantendo a estrutura anterior de descontos. Na verdade o servidor terá na sua conta corrente o valor referente a quantidade de vales correspondentes ao mês.

**Parece brincadeira**

O Governo do Estado que criou o funaserp para um objetivo e utiliza para outro fim; que não concede aumento de salário aos servidores há sete anos; que está enterrando o Ipes Saúde e Previdência; que não toma conhecimento da ação judicial das URV's já julgada e faz de tudo para não pagá-las, agora vem com um anúncio de mais um aumento na contribuição da previdência do IPES. Gostaríamos de saber até quando isso vai continuar, porque do jeito que a coisa vai, teremos que procurar um emprego extra para pagar as contribuições que o governo cria.

**Funaserp**

A Lei nº 4.414 de 02/09/2001 que autoriza o governo do estado a efetuar mais um saque do FUNASERP para pagamento dos pensionistas do Ipes, ou seja, que são de responsabilidade do próprio governo é um ato administrativo totalmente irregular, é subestimar nós servidores, como também os pensionistas, pois num futuro bem próximo não teremos quem pague nossas aposentadorias em função desta descapitalização e todo esforço dessa contribuição será inútil. Temos que tomar providências urgentes para coibir estes atos.

**Importantíssimo**

Não confundir as ações do governo do estado com adminis-

tração do Tribunal de Justiça, pois esta vem tendo com o servidor uma postura digna, séria e preocupada com nossa situação já o primeiro abandonou o servidor público e só tem se preocupado em aumentar os descontos nos nossos salários, ao invés de prestar contas ao servidor da parcela do dinheiro da privatização da Energipe que é destinada para o FUNASERP.

**Faz que dá 10% e tira 2%**

Os servidores estadual que estiverem esperando aumento do governo, terão grande decepção, pois a fórmula de cálculo que o setor de planejamento do estado criou, estipula um máximo de até R\$ 220,00 portanto, os que ganham acima desse limite não terão aumento nenhum, pois para chegar a esse cálculo, o governo soma todas as remunerações e consequentemente o que temos de certo é um desconto de 2% do IPES que abrange todos os servidores efetivos indistintamente.

**Imposto de renda**

A restituição de imposto de renda dos servidores do Tribunal de Justiça, não está sendo liberado por estar havendo divergência entre as informações passada pelo TJ para a Receita Federal com o demonstrativo de rendimento anual fornecido aos servidores. A direção do Sindiserj procurou esclarecimento junto aos departamentos competentes, sendo informado que as providências já haviam sido tomadas, que provavelmente em novembro tudo se normalizará. Esperamos que não seja mais sério.

## transparência

Órgão de Divulgação  
do Sindicato dos Servidores  
do Poder Judiciário - SINDISERJ  
Filiado a FENAJUD

**PRESIDENTE:**  
Cláudio Siqueira Carvalho  
**VICE-PRESIDENTE:**  
Jairo Cardoso de Albuquerque  
**SECRETÁRIA GERAL:**  
Marta de Fátima Guimarães  
**SECRETÁRIA DE ECONOMIA E FINANÇAS:**  
Gercilene de Jesus Santos  
**SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO SINDICAL:**  
Zeni Batista dos Santos  
**SECRETÁRIO DE CULT., ESPORTE E LAZER:**  
Murilo Gomes da Silva Júnior  
**SECRETÁRIO DE MOB., DIVUL. E IMPRENSA:**  
Mancel Alves de Oliveira Filho  
**SUPLENTE:**  
José Ronaldo Sousa  
Rosimere Calazans dos Santos  
Genisson da Silva Filho  
**CONSELHO FISCAL:**  
José Soares dos Santos Filho  
Rosa Cristina Andrade Murad  
José do Patrocínio Moura  
**SUPLENTE:**  
Marta Helena Silveira  
Antônio André Ferreira  
José Ribeiro dos Santos

**Boletim Transparência**

**DIREÇÃO:**  
Jairo Cardoso Albuquerque  
José Ronaldo Sousa  
**JORNALISTA RESPONSÁVEL:**  
Cristiane Rezende - DRT/SE 657  
**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:**  
Geraldo Costa (9136-4029)  
**IMPRESSÃO:** Info Graphic's (214-3031)  
SINDISERJ - Rua Amal, 104 Centro,  
ARACAJU/SE - CEP 49010-330  
TELEFONES: (75) - 211-7857 / 211-9433 / 2265-0488

**O SINDISERJ NÃO PARA****DEMONSTRATIVO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO ANO PRESENTE  
PROTOCOLADOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| Número da Ordem | Número do Protocolo | Requerente | Assunto                                               |
|-----------------|---------------------|------------|-------------------------------------------------------|
| 1               | 0567/2001           | SINDISERJ  | Repasse do percentual atribuído ao Salário mínimo     |
| 2               | 0622/2001           | SINDISERJ  | Gratificação de Periculosidade                        |
| 3               | 0335/2001           | SINDISERJ  | Adicional de Desempenho já transformada em resolução  |
| 4               | 1695/2001           | SINDISERJ  | Revisão de Pagamento das Gratificações dos Vigilantes |
| 5               | 1592/2001           | SINDISERJ  | Anulação de Portaria                                  |
| 6               | 1671/2001           | SINDISERJ  | Anulação de Portaria                                  |
| 7               | 1986/2001           | SINDISERJ  | Solicitação de Fardamento                             |

# IPES agoniza e o remédio é o salário do servidor ativo

A situação do Ipes se agrava a cada dia. Ao longo dos anos só foram tiradas vantagens do instituto: desvios de receita, atendimentos ilícitos, troca de favores, quase comitê eleitoral, atendendo a gregos e troianos, contando com a omissão e até conivência dos governos que passaram. Todos esses desmandos encadearam a situação de falência do órgão.

Como se não bastasse toda essa Ingerência Administrativa, algumas medidas tomadas pelo Governo Federal, aceleraram sua agonia, como: - deixar optativa a contribuição da parte de saúde, fez com que aqueles melhores remunerados pelo Estado e que já tinham Planos de Saúde particulares se desvinculassem da instituição. Este fato foi motivado principalmente pela deficiência no atendimento do IPES na área de saúde, falta de modernização e de uma maior abrangência no que se refere aos dependentes dos usuários; a previdência por sua vez deixou de receber a contribuição dos aposentados que embora tenham contribuído durante toda vida, ainda poderá utilizar-se de pensão e assistência de saúde para seus dependentes, representando uma significativa perda de receita; outro ponto também que descapitalizou de certa

forma o IPES, foi o repasse da contribuição dos cargos em comissão para o INSS. O Governo nos últimos anos vem aumentando assustadoramente o número de cargos em comissão que por sua vez são os maiores salários do Estado, relegando ao segundo plano o concurso público.

Paralelo a isso, foi criado o FUNASERP com o objetivo específico de garantir a integralidade das futuras aposentadorias dos servidores ativos, o mesmo está sendo sacado de forma absurda, arbitrária, e o mais surpreendente, legal, por está autorizado por nossos deputados, porém, totalmente imoral. O IPES previdência é quem assume a folha de pagamento dos pensionistas, alguns

destes, têm remuneração elevada. Só que, a arrecadação da previdência não suporta a folha destes. Para o governo, o remédio é recorrer ao FUNASERP desarticulando as futuras aposentadorias dos servidores da ativa. Não é sacando o FUNASERP, nem aumentando alíquotas que se chegará a um resultado favorável. Se não vejamos: privatizações foram feitas, nenhum centavo foi destinado para esse fim, embora a lei que autoriza as

privatizações destina-se uma parte para os fundos de aposentadoria.



## Já temos Centro Médico Odontológico

*Foi inaugurado no dia 15/10/01 no Fórum Gumersindo Bessa numa solenidade bastante concorrida com a presença de diversas autoridades, inclusive do Governador Albano Franco, o Centro Médico Odontológico do servidor.*

*O presidente des. José Antônio de Andrade Góes, tornou possível um sonho dos servi-*

*dores deste Poder, pois trata-se de uma reivindicação antiga do sindicato. Um ponto bastante positivo foi o aproveitamento de servidores qualificados em medicina, odontologia e enfermagem para compor o centro de saúde valorizando assim estes profissionais. Esta medida representa remuneração indireta para o servidor, pois diante da crise do Ipes*

*Saúde e do SUS estamos completamente carentes de assistência médica e odontológica e este Centro Médico de certa forma vem amenizar o nosso sofrimento.*

*Por ocasião da inauguração, o presidente do Sindiserj abordou o governador questionando sobre os baixos salários e pagamento das URV's, não obtendo resposta satisfatória.*

# Curso de Atendimento ao Cliente



André Moreira

## DENISE RAMBO

Com o objetivo de aperfeiçoar o trato das relações humanas, baseado em regras de boas maneiras e condutas que supriam as necessidades vigentes do bom atendimento e satisfação do cliente, será realizado nos dias 20, 21 e 22 de novembro, das 18h30min às 21h30min no Auditório do Palácio de Justiça, o III Curso de Atendimento ao Cliente.

Este curso vem obtendo um bom desenvolvimento há três anos e atualmente e pre-

missa básica para as empresas que desejam ter o diferencial do bom atendimento. É destinado a pessoas que lidam com o público em geral, tendo como facilitadora Denise Sobral de Melo Rambo, Relações Públicas do Tribunal de Justiça de Sergipe, graduanda do Curso de Pós-Graduação, MBA Executivo Marketing e autora do livro "ETIQUETA, Manual Básico do Comportamento".

O conteúdo programático é vasto com Qualidade em serviços, Satisfação e Encantamento do Cliente, Etiqueta, Inter-Relacionamento Pessoal e Profissional, Aparência Pessoal, Comunicação, Desenvolvimento de Competências, Noções de Planejamento e Organizações de Eventos entre outros.

Para os interessados, as inscrições estão abertas no Shopping Jardins na Loja D'Gemas e na Central de Informações - 1º Piso do Shopping Riomar ou pelo telefone 9972-0353. O valor individual é de R\$60,00 e acima de 3 pessoas, R\$ 50,00.

## Justiça usa videoconferência para interrogar presos

A videoconferência para reunir o réu e o juiz começa a ganhar espaço no Brasil.

Na 1ª Vara de Execuções Penais em Recife, um dos juizes ouve de 30 a 40 presos uma vez por semana, com ajuda de câmeras, linhas digitais e televisores.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios também aderiu à ideia e inaugurou o sistema em maio deste ano.

Um dos propósitos da iniciativa é evitar problemas de segurança durante a transferência do detento à audiência.

(Transcrito do Mundo da Imagem)

## Conquistas do SINDISERJ são reivindicadas por entidades da região Nordeste

Os Sindicatos dos Servidores do Poder Judiciário da Região Nordeste realizaram seu II encontro em Salvador/BA, quando na oportunidade foi elaborada a CARTA DA BAHIA com algumas proposições. Esta carta visa estabelecer uma linha de reivindicações que sejam comuns aos demais estados da região nordeste, o que podemos observar, é que, em alguns pontos o nosso Judiciário já se encontra bastante avançado nas suas conquistas, como podemos ver no documento abaixo os seguintes itens: a Central de Mandados; com relação a Creche já existe estudo bastante avançado para sua criação; o centro Médico e Odontológico já foi inaugurado e tende a ampliar seu posto de atendimento; as U.R.V's já tivemos a sua incorporação desde de janeiro de 2000 no percentual de 12.1455 %, estamos aguardando o pagamento do retroativo, que depende do STJ e STF. Com relação ao plano de Cargos e Carreira e Vencimento dos servidores, já existe em nosso estado que é a Lei Estadual nº 2.820/90 em vigor, faltando adequar a situação atual. Tudo isso, vem provar que este sindicato tem sido bastante atuante no que se diz respeito as principais reivindicações das demais entidades de classe da Região Nordeste. Segue na íntegra o referido documento onde se pode observar tais aspectos:

0 11 ENCONTRO DE PRESIDENTES DE SINDICATOS DO PODER JUDICIÁRIO DA REGIÃO NORDESTE, REUNIDOS EM SALVADOR-BAHIA, NOS DIAS 28 E 29 DE SETEMBRO DE 2001, deliberaram, tendo em vista as peculiaridades funcionais dos servidores e serventuários do Poder Judiciário dos Estados do Nordeste, a aprovação à unanimidade dos presentes, das seguintes proposições:

1. Moção de apoio aos colegas do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, que se encontram em greve há mais de 30 dias;

2. Aprovação da criação da Central de Mandados, adotando-se a unificação de procedimentos administrativos de sua organização e funcionamento;

3. Criação através de Resolução dos Tribunais de Justiça dos Estados, da implantação do auxílio refeição para os servidores, correspondentes a um valor pecuniário;

4. Instituir no âmbito do Poder Judiciário dos Estados, o direito aos servidores, um percentual financeiro para fazer face ao auxílio-creche;

5. Manter o propósito de autonomia da implantação de Plano de Saúde para os servidores do Poder Judiciário, a critério de cada Estado;

6. Envidar esforços no sentido da reformulação do quadro de pessoal dos servidores do Poder Judiciário, com a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, visando à correção das distorções ora verificadas;

7. Ingressar perante os Tribunais de Justiça dos Estados com ação administrativa ou Judicial, objetivando a imediata incorporação do percentual da U.R.V., e ressarcimento dos valores atrasados a partir de março de 1994 até a presente data;

8. Criação de uma entidade a nível da Região Nordeste, para viabilizar o fortalecimento dos Sindicatos do Poder Judiciário.

9. Fica deliberado que o III Encontro de Presidentes de Sindicatos do Poder Judiciário da Região Nordeste, será realizado em Recife-PE, nos dias 25 e 26 de janeiro de 2002, podendo ser antecipado.

Salvador/BA, 29 de setembro de 2001.